Ata Circunstanciada da 64ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA **ATA CIRCUNSTANCIADA DA 64ª (SEXAGÉSIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA,** **DE 20 DE AGOSTO DE 2024.**

INÍCIO ÀS 16H06MIN	**TÉRMINO ÀS 17H21MIN**

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a presente sessão ordinária de terça-feira, 20 de agosto de 2024, às 16 horas e 6 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Antes de convidar o nobre deputado Robério Negreiros, nosso quarto-secretário, para secretariar os trabalhos da mesa, registro e agradeço a presença dos estudantes e professores da Escola Classe 64 de Ceilândia, participantes do programa Conhecendo o Parlamento. Obrigado pela presença. (Palmas.)

Ainda há algum flamenguista aí em cima?

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não acredito! Mesmo depois daquela surra que vocês levaram, ainda estão nessa alegria toda? Vocês tinham que estar chorando, e não rindo. Muito obrigado.

Falou em flamengo, bagunça-se o coreto. Obrigado às nossas crianças e aos nobres professores. É um prazer tê-los conosco.

Quero saudar, mais uma vez, os aprovados do concurso para Avas e ACS e reafirmo o nosso compromisso. Estamos trabalhando muito. É importante que nós, deputados, tenhamos essa consciência para não passarmos, no ano que vem, pelo que nós passamos neste ano. É fundamental a nomeação desses colegas. Depois eu vou discutir isso no Legislativo. Esse é um trabalho que precisa ser feito com o Executivo e com o apoio da Câmara Legislativa para que nomeemos esses profissionais para a nossa segurança e proteção das nossas famílias. A nomeação de vocês torna-se fundamental para que nós tenhamos a tranquilidade que, infelizmente, não tivemos neste ano. Portanto, é melhor trabalhar agora para não chorar depois. Obrigado e parabéns pelo trabalho de vocês!

Da mesma forma, falo dos 242 especialistas da Secretaria de Saúde que estão aprovados e que possuem o apoio desta casa. Fica aqui também o nosso compromisso com uma categoria que é extremamente importante. Obrigado pela presença de vocês!

Há a questão dos 1000 servidores temporários, do processo seletivo que saiu, que estão na mesma situação da qual acabei de falar.

Também vamos acompanhar o Movimento Salve o Rio Melchior, uma proposição extremamente importante de iniciativa da deputada Paula Belmonte.

Obrigado, deputada Paula Belmonte, por se preocupar com um tema tão importante. Podem cobrar da deputada. Ela e todos nós daremos respostas. A deputada Paula Belmonte tem se empenhado muito com relação a essa questão do rio Melchior. Obrigada, deputada Paula Belmonte e parabéns!

Aqui lemos também: "Quem produz não merece menos. Isonomia salarial aos enfermeiros da Secretaria de Saúde". Vocês também têm o nosso compromisso. Todo salário para os servidores, principalmente para os da saúde, é pouco. Parabéns!

Convido o deputado Robério Negreiros para secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura de expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata da sessão anterior:

– Ata sucinta da 63ª Sessão Ordinária, de 15 de agosto de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos e todas que nos acompanham.

Eu queria fazer uma saudação especial à Escola Classe 64 de Ceilândia, aos professores e professoras que nela trabalham e aos estudantes presentes. Falo isso, presidente, porque me trazem a esta tribuna 2 temas. Infelizmente, são 2 temas que têm nos preocupado muito no Distrito Federal.

O primeiro é sobre educação. Saiu, na semana passada, o resultado do Ideb. Eu tenho várias críticas ao modelo de avaliação do Ideb. O Ideb não inclui uma série de atividades que os professores, os profissionais e os estudantes realizam nas escolas; essas atividades não entram no cômputo do Ideb. Não entra no cômputo do Ideb a rede qualificada que nós temos. Além disso, não é considerado o maior dos problemas que nós temos: a nota do Ideb que mais chama a atenção é a do DF, pois é uma das unidades da Federação que mais reduziu a sua nota para mais de 1 ponto da última avaliação para esta. Isso mostra a falta de prioridade de condições de trabalho. O Governo do Distrito Federal, nesta última gestão, abandonou a escola. Abandonou a educação pública desta cidade.

Presidente, até hoje, as escolas de ensino médio não têm diário – deputado Pepa, não têm diário! – para os professores colocarem e lançarem as notas dos estudantes. As escolas de ensino médio desta cidade não conseguem fazer transferências de estudantes, porque não há um sistema para entregar boletim.

Paralelamente a isso, há um contrato de 40 milhões de reais com uma empresa para entregar um sistema que não funciona – algo que o governo gosta muito de fazer. Gastar dinheiro com empresa este governo faz bem. Atendimento e serviço público de qualidade, infelizmente, ele tem feito muito mal. Não chegou uniforme para as crianças. O que chegou às escolas foi só a camiseta. Não chegou agasalho, e já está terminando o inverno. Obrigaram as direções das escolas a assinar que receberam, presidente, e, depois, a abrir chamado no SEI para dizer que receberam, mas receberam faltando uniforme, com tamanho errado, com qualidade questionável. Pegue o contrato e veja o que foi pago para a empresa, que não entregou o uniforme e, o que entregou, entregou com péssima qualidade.

Há problema na alimentação escolar, na merenda de baixa qualidade que ainda chega à escola, apesar do esforço das merendeiras, apesar do esforço das direções de escola. Esta semana, nós fizemos a primeira reunião do GT de alimentação escolar para cobrar do governo. É inaceitável.

O transporte escolar... O investimento, o dinheiro não chega para a escola, não chega via PDAF.

Semana passada, tivemos uma importante vitória no Tribunal de Contas. Nós acusamos o GDF de não investir o mínimo constitucional na educação, 25%. O tribunal acatou uma parte importante da nossa representação e chegou ao cálculo de que o GDF, hoje, investe em educação apenas 25,08%, no

limite do mínimo. Não contabilizou, não tirou da conta os gastos com a universidade distrital. Uma lei aprovada nesta casa diz que os gastos com a universidade distrital não entram para o cômputo dos 25%. Ou seja, na prática, o Governo do Distrito Federal não gasta, não investe o mínimo constitucional. Isso é gravíssimo, porque esse é o resultado da política desastrosa desse governo.

Inclusive, há consequências. Nós vamos recorrer e, se ficar provado que não gasta... A Constituição diz que quem não gasta o mínimo constitucional precisa responder a esta casa, à justiça e à sociedade.

Por fim, presidente, outro assunto que me traz aqui é o da saúde, que também está um caos.

Saiu uma reportagem hoje, no *Metrópoles*, sobre uma fiscalização do Tribunal de Contas: 85% das UBS estão em péssimas condições.

Nós estivemos, segunda-feira, na UBS de Sobradinho e na Policlínica. Temos feito uma série de visitas com o Conselho de Medicina e com o Conselho de Enfermagem e nós temos detectado que faltam...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Hoje faltam profissionais em todas as unidades de saúde. Falta médico, falta enfermeiro, falta ACS, falta Avas, falta cirurgião dentista, falta técnico de enfermagem, falta administrativo. Estão tirando o profissional do atendimento para fazer o administrativo do hospital. Os especialistas são o que mais estão faltando no hospital, na UBS. Nas UPAs, nem se fala, porque o Iges é caso de polícia. O Iges é caso de polícia! Isso já foi provado várias vezes aqui, nesta casa, e por investigações. É um caos completo. Morreu mais uma criança no parto, agora no Hospital do Gama. E nós vamos ficar assistindo a isso.

Quando vamos ver o investimento, é a mesma coisa: falta investimento, falta aplicação de recurso, falta entrar na prioridade do governo – não entra.

O presidente acabou de dizer ao abrir esta sessão: nós vamos esperar para vivermos, de novo, a crise da dengue ano que vem? Nós não vamos fazer nada e vamos esperar a crise da pediatria, de novo, no ano que vem?

Qual é a ação do Governo do Distrito Federal para a atenção primária? Precisamos fortalecer nomeando servidores, investindo na saúde e desprivatizando a saúde pública do Distrito Federal. Nós vimos que a privatização, o Iges transformou a saúde do DF num caos.

Por isso, presidente, eu encerro pedindo também não só pela pauta importante do rio Melchior mas também que possamos avançar na instalação das CPIs, para que também cheguemos à CPI da saúde, que é necessária e extremamente importante. A sociedade do Distrito Federal precisa saber o tamanho do caos na saúde e qual é a causa desse caos. Temos uma opinião muito forte: a causa é o descaso desse governo com o SUS e com a saúde pública.

Obrigado, presidente.

(Assume a presidência o deputado Robério Negreiros.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Concedo a palavra ao deputado João Cardoso pela liderança do Partido Avante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante pela liderança do Partido dos Trabalhadores.

Eu queria fazer um adendo à fala do deputado Gabriel Magno. Sua excelência disse que o Iges tem responsabilidade pelo Hospital do Gama. O Iges não é responsável pelo Hospital do Gama. Quero só fazer essa correção.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu tive oportunidade de receber, na segunda feira, para um café no meu gabinete, o presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, o senhor José Aparecido. Nós conversamos sobre uma série de assuntos, dentre eles o Cartão Material Escolar, que foi uma criação do governo Agnelo. Quem teve a ideia da criação do Cartão Material Escolar foi exatamente o José Aparecido, juntamente com uma companheira professora que era da Secretaria de Saúde e hoje trabalha no meu gabinete, a Alaíde.

Depois terminou o governo Agnelo. O projeto morreu praticamente no governo Rollemberg. E o programa é tão bom que voltou no governo Ibaneis.

Nessa reunião que eu tive com José Aparecido, nós tivemos uma ideia. Eu vou pedir inclusive o apoio do líder do governo e do Maurício, que está aqui, que é o nosso secretário de assuntos parlamentares. Acho que o Governo do Distrito Federal, Maurício, precisa colocar a distribuição dos uniformes no Cartão Material Escolar. Vai dar emprego para a população, vai dar emprego para pequenas fábricas no Distrito Federal e vai ter uma qualidade muito melhor.

Nós estamos trabalhando nisso. Eu me comprometi junto ao José Aparecido para que possamos fazer efetivamente esse trabalho de mudar a distribuição do uniforme, para que, em vez dessas licitações que estão feitas, em que se traz uniforme de péssima qualidade, ele possa ser adquirido através do Cartão Material Escolar. Portanto, creio que nós vamos conseguir, efetivamente, essa aprovação.

Dito isso, quero abordar outro assunto. Quero falar da violência estabelecida no Distrito Federal, especialmente aqui na Asa Norte de Brasília. No sábado, houve uma manifestação de moradores da Asa Norte de Brasília que falava da criminalidade generalizada aqui nessa parte de Brasília. Os moradores se manifestando, efetivamente, contra ela.

Mas não é só na Asa Norte. Em Ceilândia também há uma série de comércios arrombados por ladrões, que colocam a vida das pessoas submetidas à violência. Você vai à Taguatinga, a situação é a mesma. Chega no Gama, não é diferente. Lá em Planaltina também a violência está presente.

Portanto, é preciso que haja um trabalho efetivo de restabelecer a segurança da nossa população, que paga impostos – e pagamos muitos impostos – e precisa, efetivamente, de uma segurança de qualidade. Isso é muito importante.

Por último, quero abordar outro assunto. Eu estava vendo um estudo que acaba de sair e conta que cerca de 40% das pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família saem do programa e conseguem emprego direto. Essa é uma invenção do Partido dos Trabalhadores, é uma invenção do governo de esquerda do presidente Lula, ainda no primeiro mandato, que deu resultado efetivo neste país.

Portanto, é um programa a ser preservado, é um programa que hoje é modelo para o mundo. É um espelho, efetivamente, porque investe na educação, e por meio da educação as pessoas conseguem os empregos necessários.

Há pouco estávamos aqui com os alunos da Escola Classe 64 de Ceilândia. Eu quero dizer que, além de falar, nós fazemos: eu destinei uma emenda de 100 mil reais para aquela escola. A direção competente da escola conseguiu transformá-la. Hoje ela é uma escola muito mais bonita, uma escola muito mais funcional, uma escola onde os alunos têm muito prazer de viver.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Concedo a palavra, pela liderança do PP, ao deputado Pepa.

Devolvo a presidência ao deputado Wellington Luiz.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço, e devolvo a presidência ao deputado Robério Negreiros novamente.

(Assume a presidência o deputado Robério Negreiros.)

DEPUTADO PEPA (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. É com imensa satisfação que hoje eu subo a esta tribuna, nesta tarde, e com imensa alegria de parabenizar uma cidade centenária, uma cidade acolhedora, uma cidade que tem uma história linda não só no contexto do Distrito Federal, mas no contexto do Brasil: a cidade de Planaltina, Distrito Federal.

Planaltina, ontem, senhor presidente, completou 165 anos. Nosso arraial Mestre d'Armas, São Sebastião de Mestre d'Armas, Altamir, Planaltina, a cidade que me acolheu. Desde 1987 sou morador de Planaltina, moro no mesmo bairro, a Vila Vicentina, o segundo bairro mais antigo da cidade.

Tenho a honra de parabenizar essa cidade. No sábado, deputado Martins Machado, aconteceu um desfile em que todas as escolas e forças de segurança mostraram seu orgulho da cidade. Desfile esse que foi resgatado no ano passado, já que deixaram de fazê-lo, embora ele seja uma tradição da cidade.

Planaltina é uma cidade que tem a religiosidade em sua veia. É uma cidade que hoje acolhe todas as religiões – todas! Na próxima semana, teremos a Cruzada Evangelística de Planaltina, que é tradicional, assim como a Via-Sacra e a Festa do Divino, que são fora do comum.

Precisamos fazer muito por aquela cidade e pela região norte, que ficou esquecida. Falam para mim, deputada Paula Belmonte, que, em todo estado ou país, é na região sul que o progresso chega primeiro. Eu tenho procurado entender isso, porque o Distrito Federal é um todo. O progresso pode ter chegado primeiro na região sul, mas agora chegou a vez da região norte. Nós não vamos esmorecer, vamos levar melhorias para aquela cidade!

Hoje à noite, senhor presidente, teremos uma audiência pública em frente à Associação Comercial e Industrial de Planaltina, deputado Robério Negreiros, nosso líder. O nosso secretário Thales estará lá, além de outros secretariados.

Tudo o que combinei com o governador Ibaneis para melhoria da nossa cidade e da nossa região, deputado Robério Negreiros, foi seguido: terceira faixa e mobilidade – seguidos!; construção do anexo do Hospital de Planaltina, onde teremos a tão sonhada UTI – seguido! Além disso, foram feitas obras dentro das escolas. Nesta semana mesmo, estamos inaugurando mais salas. Há, ainda, uma atenção especial para as UBS rurais.

A criação da Área de Desenvolvimento Econômico de Planaltina é uma necessidade para a geração de empregos, para que os moradores não saiam mais de lá e venham ao centro. Isso é fundamental.

Faço uma pergunta nesta casa: por que nunca levantaram a bandeira para criar uma área de desenvolvimento econômico em uma cidade que tem 165 anos? Como? Com que condições? O que estavam fazendo naquela cidade? É desenvolvimento econômico, é empreendedorismo, é geração de emprego! Planaltina merece muito mais.

Vou dizer uma coisa: não vou parar de trabalhar e de lutar pela melhoria daquela cidade. Tive votos em todo o Distrito Federal, mas 87% dos meus votos foram de Planaltina. Preciso reconhecer isso.

Obrigado, Planaltina, por me acolher! Obrigado, Planaltina, por tudo na minha vida: meus filhos, meus netos, minha esposa, meus familiares.

Parabéns, Planaltina, pelos seus 165 anos!

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado João Cardoso, pelo partido Avante.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Como líder. Sem revisão do orador.) – Olá, presidente. Cumprimento todas as deputadas e todos os deputados presentes, as assessorias, aqueles da imprensa que nos acompanham e todos aqueles que estão na galeria do nosso plenário, acompanhando a sessão e reivindicando os seus pleitos. Estamos à disposição de vocês.

Presidente, hoje, dia 20 de agosto, venho a esta tribuna com uma alegria muito grande. Sempre deixo claro que sou filho de um rodoviário, que o sangue de rodoviário corre nas minhas veias e que tenho um trabalho muito bacana, muito interessante com os rodoviários, desde quando começamos o nosso projeto político, porque eles carregam vidas em suas mãos todos os dias.

Já fizemos vários projetos para beneficiar os rodoviários, porque sabemos que, se os estamos beneficiando, estaremos, consequentemente, beneficiando o transporte público do Distrito Federal e, principalmente, os seus usuários. Falo sempre que os meus filhos ainda são usuários do transporte público do DF.

Apresentei a esta casa, presidente, um projeto de lei que foi aprovado e tornou-se a Lei nº 7.429/2024, que determina a instalação de ar-condicionado em todos os ônibus do transporte público do Distrito Federal. Essa lei foi aprovada por todos os deputados desta casa.

Eu observava, em toda cidade por onde eu andava, que havia ar-condicionado nos ônibus do transporte público. Em Brasília há dificuldades quanto a isso.

A lei foi aprovada e, a Secretaria de Transporte, paulatinamente, está exigindo das empresas a substituição desses ônibus. É assim que está acontecendo.

Já está marcado: no dia 26 de agosto, na rodoviária de Sobradinho, o nosso secretário Zeno, juntamente com a empresa responsável, fará a entrega de 25 ônibus com ar-condicionado para a população de Sobradinho. E outros ônibus virão. A partir de agora, todos aqueles que entrarem na frota, que forem trocados, terão ar-condicionado. Gente, isso é qualidade de vida, isso é qualidade no transporte público.

Quero deixar claro, presidente, que o secretário de Transporte e Mobilidade, Zeno José

Andrade Gonçalves, tem tido uma presteza no atendimento aos parlamentares e a toda a população de uma forma ímpar. Não há uma vez que entramos em contato com o secretário Zeno que ele peça para que nós compareçamos até a Secretaria de Transporte, pelo contrário, ele mesmo vem nos atender.

Secretário Zeno, toda a sua equipe está de parabéns. As empresas também estão de parabéns, porque estão vendo que precisam renovar suas frotas e renovar com qualidade. E que qualidade é essa? A qualidade também de haver ar-condicionado. Assim, você beneficia todos aqueles que participam desse transporte.

Também já há um projeto para fazerem a faixa exclusiva para os ônibus. E alguns dizem: "Ah, mas a população vai reclamar!" A população que anda de carro próprio vai reclamar? E aqueles que andam de ônibus coletivo, muitas vezes apertados? E digo ao meu amigo deputado Max Maciel, que também é um defensor da mobilidade: aqueles que são transportados dentro do ônibus são os que precisam de melhor qualidade no transporte.

Estou aqui ombro a ombro com todos os deputados para que possamos melhorar o transporte público no DF. É mais uma lei nossa aprovada e colocada em prática. Fico feliz em colocar o mandato à disposição dos meus irmãos, meus amigos, meus contemporâneos rodoviários do Distrito Federal.

Também quero lembrar, presidente, do apoio que nós temos dado ao ciclismo de todo o Distrito Federal, para o qual temos destinado emendas parlamentares para a realização de vários eventos. Eu fico maravilhado ao ver como tem sido difundido o transporte alternativo por meio do ciclismo no Distrito Federal. E podemos aumentar isso mais ainda, por meio da criação das ciclovias. Isso nós temos fomentado e temos conseguido. Também tenho visto que o Governo do Distrito Federal, na pessoa do nosso governador e de todo o seu secretariado...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – ... têm se empenhado para que isso aconteça.

Parabenizo todos aqueles que praticam o ciclismo e também aqueles que fazem eventos. Lá em Sobradinho há o Salvan Cavalcante e toda uma equipe que têm feito eventos maravilhosos. Tudo isso tem gerado esta situação boa: o ciclista pratica esporte e também uma mobilidade econômica e ecológica.

Presidente, no sábado, nós tivemos um encontro da Pastoral Familiar do Vicariato Norte no Santuário da Mãe e Rainha Três Vezes Admirável de Schoenstatt, perto da Torre de TV. Eu e minha esposa, Regina, somos responsáveis pela Pastoral Familiar da nossa paróquia.

Foi um encontro maravilhoso que o nosso padre José Vicente organizou. Tivemos mais de 2 mil pessoas...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – ... porque colocamos 2 mil cadeiras no local e havia gente em pé. Mais de 2 mil pessoas participaram dessa tarde e mostraram que a família é o pilar da sociedade. A família precisa desse projeto de evangelização, precisa ser valorizada e respeitada.

Houve a participação de várias paróquias, vou citar todas rapidamente: Paróquia Nossa Senhora da Conceição Aparecida, do Dnocs, padre Kleuber; Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição, de Sobradinho, padre Manolo e padre Luigi – essa é a minha paróquia e Manolito é meu pároco –; Paróquia do Divino Espírito Santo, de Nova Colina, padre Jobson; Paróquia Bom Jesus dos Migrantes, de Sobradinho, padre Nivaldo e padre Paulo; Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima, de Sobradinho, padre Josias; Paróquia São Mateus, do Setor de Mansões, padre Edinaldo; Paróquia Nossa Senhora das Graças, do Grande Colorado, padre Antônio Edmilson; Paróquia Nossa Senhora Mãe dos Migrantes, do Lago Oeste, padre Luiz; Paróquia Nossa Senhora da Conceição Aparecida, da Fercal, padre Danny; Paróquia São José Esposo de Maria, padre Sérgio; Paróquia Nossa Senhora da Conceição Aparecida, de Contagem, padre José Vicente. Todos estão de parabéns.

Colocamos nossa equipe e nosso mandato à disposição e, com várias parcerias, conseguimos montar uma estrutura que deu dignidade para todos aqueles peregrinos que foram ao Santuário da Mãe e Rainha Três Vezes Admirável de Schoenstatt receber as bênçãos das famílias. Fiquei muito feliz em participar desse evento.

Parabenizo todos os párocos que participaram, principalmente todos os peregrinos, e, claro, em nome da irmã Isabel, responsável pelo Santuário da Mãe e Rainha Três Vezes Admirável, parabenizo também as irmãs e todos aqueles que trabalharam nesse evento de evangelização, participaram dele e colaboraram com ele. Tenho certeza, pastor, de que todos saíram com Cristo no coração. Isso é

importante, porque renova a família, renova a sociedade.

Muito obrigado, presidente.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado João Cardoso. Parabéns pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente deputado Wellington Luiz, nobres pares em plenário, gostaria de saudar todo pessoal da saúde que está nos acompanhando. Esse passo é importante para as nomeações, para fortalecer essa rede. Tenham fé que vai dar certo, gente. Saúdo também você que nos acompanha pela TV Câmara Distrital e pela internet.

Eu vim falar que, na semana passada, realizamos, nesta casa, por meio da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, em parceria com o Fundo de Apoio à Pesquisa, com a Finatec e com a Universidade de Brasília, um seminário internacional para discutir transporte público, sustentabilidade e os caminhos para o chamado triplo zero: zero tarifa – ou seja, pensar a tarifa zero –, zero emissões de carbono – porque o carro hoje é o maior poluente no Distrito Federal – e zero violência no trânsito – que é o temos visto hoje no Distrito Federal.

Há uma história sobre mobilidade que traduz a linha rodoviarista. O que é linha rodoviarista? É aquela que acredita que construir mais faixas para carro vai resolver o problema do transporte e da mobilidade na cidade. É como se fosse a área da saúde, deputado João Cardoso, querendo tratar a obesidade apenas afrouxando o cinto. Toda vez em que se afrouxa o cinto, acha-se que emagreceu, mas, ao final, a pessoa só ganhou volume. Da mesma forma acontece com esse modelo rodoviarista adotado, que tenta resolver o problema da mobilidade construindo mais faixas. Não há saída para o Distrito Federal! Apontamos isso desde o ano passado e vamos continuar fazendo-o. Todas as obras viárias do Distrito Federal não resolveram o problema da mobilidade. Pelo contrário. Resolvem-no numa ponta e esquecem que Brasília é um funil e que todos vão para o centro dela. Tiram o engarrafamento de um local e jogam-no para frente. A saída para isso tudo é, sem dúvida nenhuma, pensar num transporte com mais qualidade.

Vou entregar um material para aos parlamentares. Quem nos acompanha pode baixá-lo no *site* Câmara Legislativa do Distrito Federal, no espaço da comissão CTMU. É uma cartilha elaborada pela Finatec e pela comissão, que pontua a necessidade do programa Tarifa Zero, da redução de emissões e de se pensar as chamadas obras verdes. Viadutos e novas obras acabam reduzindo o espaço de meio ambiente que existe. O desmatamento de algumas áreas e a pavimentação de outras dificultam a absorção da água. Isso gera grandes zonas de calor, como acontece na zona central de Brasília. Sem dúvida nenhuma, isso parte da priorização do transporte individual.

Na sexta-feira passada, a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, com a Finatec e a FAP, fez o lançamento de um laboratório sobre transporte em cidades sustentáveis e inovadoras do mundo. É uma parceria desta casa, a partir da CTMU, com a Universidade de Tóquio, a Universidade da Coreia, a Universidade de Portugal e a Universidade de Brasília. Esse laboratório vai tratar das experiências desses países que podem ser acumuladas no Distrito Federal e tem condição de ser vanguarda nisso. Esse laboratório também pode ser encontrado no *site* da comissão.

Presidente, o deputado João Cardoso bem pontuou que sou aficionado por transportes. Antes de ser deputado, passei mais de 12 anos estudando sobre eles. Acerto algumas coisas e erro outras, sem dúvida nenhuma. Não tenho a verdade absoluta. Mas estamos a um passo de entregar para o Governo do Distrito Federal a cartilha e a recomendação do nosso trabalho na comissão, da qual fazem parte o deputado Fábio Félix, o deputado Gabriel Magno, o deputado Martins Machado e o deputado Pepa. Vamos entregar para o governo a nossa proposta para um trânsito seguro com redução de tarifa.

Hoje, não é mais possível dizer que o programa Tarifa Zero não é realidade. É realidade e pode ser implementado no Distrito Federal. Mas, para isso, vamos precisar ter coragem e enfrentar alguns problemas.

Primeiro: revisão do contrato que está vigendo. Segundo: fortalecer as empresas públicas. Precisamos tirar a TCB do estado de fechamento completo para reestruturação e fortalecimento, para ela assumir os principais corredores de ônibus. Temos que fortalecer o Metrô. Se o Metrô tivesse 1 bilhão de reais em investimentos, compraria 15 novos carros, a central energética e 7 subestações de energia. Hoje, transportaria não só 160 mil pessoas, mas até 300 mil pessoas. Isso tudo seria com

energia renovável sobre trilhos. É fundamental fazer isso.

Muita gente pergunta: "Qual é o custo disso?" A cartilha dá alguns sinais. Realmente, não existe almoço grátis, mas estamos propondo para o Governo do Distrito Federal...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – ... os caminhos para chegar a tal custo.

Primeiro: criamos um fundo de transporte. É importante ter um fundo. Segundo: esse fundo precisa ter lastro. Precisamos garantir recursos para esse fundo. São necessários recursos sobre obras de impacto na cidade e taxação progressiva nos novos empreendimentos habitacionais na área nobre, que vão pagar imposto proporcional para bancar o programa Tarifa Zero.

Nós temos uma pesquisa em andamento que mostra que os empregadores já pagam o vale-transporte para 990 mil pessoas com carteira assinada. Nós temos uma proposta: se implementarmos a tarifa zero, podemos fazer como esse laboratório que está apontando nesses países; podemos fazer com que o empresariado que tem mais de 9 funcionários, deputada, banque não só 230, 240 reais para o seu trabalhador, mas também aplique 100, 150 no fundo do transporte. Só isso pode trazer 1 bilhão de reais para o sistema, atrelado às 990 mil pessoas que têm o vale-transporte.

Nós precisamos taxar transporte individual com estacionamento rotativo e fazer com que a empresa pública administre esse recurso, deputada. Nós podemos incluir a taxa daquele recurso que está no vale-transporte e que vai vencer para aquele que não executou em 3 anos – o governo pode pegar esse recurso. Estamos propondo que esse recurso também vá para o fundo para que cheguemos à conta de 4 bilhões de reais.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Quatro bilhões são para bancar o sistema hoje, irrestrito, para o conjunto da população com o acréscimo de 30% de demanda reprimida. Isso é possível, porque já estamos bancando quase 70% do transporte público hoje.

Eu não quero ficar com protagonismo nenhum. Nós estamos entregando estas recomendações para que o governo as faça de forma escalonada: revisão de linhas, ampliação do transporte coletivo para dentro das cidades com circulares nas cidades, levando para uma área de terminais que operam com tarifa zero, chegando a esse pendular que é o Plano Piloto.

Esse é o compromisso da comissão. Essa cartilha pode ser baixada. Vou entregá-la aos demais parlamentares. Essa é mais uma forma de produção de conteúdo que estamos fazendo com a equipe técnica – quero agradecer a toda a equipe da comissão –, a Finatec e o Fundo de Apoio à Pesquisa. Queremos juntar o Legislativo, a sociedade e os movimentos, como o Passe Livre, o Andar a Pé e o Rodas da Paz, para que somem conosco para apresentarmos uma proposta de cidade melhor.

É possível reduzir o transporte. Detalhe, não falei da proposta. Podemos, por exemplo, estabelecer teletrabalho para alguns profissionais que não precisam dar atendimento real ao usuário do dia a dia. Eles recebem uma pecúnia que também pode ir para o nosso fundo de transporte. Sem um fundo, não conseguimos lastro para bancar e financiar o sistema.

Precisamos rever uma série de coisas. Não dá para fazer isso em 2 anos, digo logo isso, mas dá para começar de forma escalonada: abrir no final de semana para os usuários. E vão por mim: 11 reais a mais na conta do trabalhador são 11 reais a mais que ele pode consumir no mercado, adquirir um produto, comprar um determinado brinquedo, investir na educação, acessar outros equipamentos culturais.

Portanto, presidente, registro esse acúmulo que estamos fazendo, como presidente da comissão. Graças a todos os pares que fazem parte da comissão, estamos fazendo esse ensaio de trazer para o Distrito Federal uma memória, um pensamento e uma saída para o transporte público com mais solidariedade, tranquilidade e harmonia entre todos.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos. Inicio as minhas palavras sempre pedindo a Deus que nos abençoe e abençoe esta casa legislativa que representa a população e responde a ela.

Quero saudar todas as pessoas presentes. Saúdo o sindicato dos enfermeiros que está pedindo isonomia salarial, assim como os Avas e ACS, dos quais, com certeza, precisamos muito. Nós que visitamos as regiões administrativas sabemos a diferença e a falta que vocês fazem para a nossa população. Vocês têm todo o nosso apoio para que possamos fazer a nomeação o mais breve possível.

Presidente, nós estamos aguardando, com muita responsabilidade, a instalação da CPI do Melchior, como mencionado por vossa excelência. Hoje, eu estive em uma reunião na qual foi destacada a importância de instalarmos essa CPI do rio Melchior para, principalmente, encontrarmos soluções para melhorar a situação da poluição e também da questão do chorume que, muitas vezes, é colocado no rio Melchior. Isso tem impacto na saúde de todos nós brasilienses.

Senhor presidente, eu aproveito esta oportunidade para dizer que, como deputada federal, eu consegui aprovar uma lei a respeito da primeira infância. Nós instituímos agosto como o mês da primeira infância. É uma política que não é café com leite; é uma política séria, responsável, que traz benefícios para o Brasil. Por quê? Porque nós temos que olhar essa criança como o futuro do nosso país, e o futuro é hoje.

Eu convido todas as pessoas que estão neste plenário e Brasília a conhecerem a exposição que está no *hall* de entrada do plenário. Essa exposição mostra a realidade das nossas crianças. Nós temos crianças que, infelizmente, muitas vezes, não têm nem um chinelo Havaianas para usar.

Eu estive na comunidade Rabelo 2, que fica perto da Fercal, às 2 e meia da tarde. Nós estávamos andando quando avistamos 3 crianças de 7, 8 anos e 1 criança de 2 anos de idade. Os meninos de 7 e 8 anos estavam com chinelo Havaianas, e a criança de 2 anos não tinha nenhum chinelo. Ela estava andando descalça naquele sol, naquele piso quente.

Então, muitas vezes, quando falam que Brasília é uma ilha da fantasia, isso é realidade. Aquela exposição mostra a realidade de crianças que têm aquele sorriso, aquele olho de jabuticaba; que sonham em ser alguém; que sonham até em ser um super-herói. No entanto, infelizmente, pela falta de condições, por estarem com carências nutricionais, pela falta de acesso a políticas públicas, essas crianças ficam limitadas.

Eu quero, mais uma vez, pedir a sensibilidade para que, na semana que vem, possamos votar nesta casa essa melhoria para Brasília, que é a capital da esperança, a capital da felicidade. Que ela possa realmente mostrar que as nossas crianças são olhadas pelo poder público.

Nesse sentido, senhor presidente, eu tenho a honra de dizer que – como parlamentar federal e, agora distrital – nós estamos entregando um complexo da primeira infância à população. Deputado João Cardoso, o que é esse complexo da primeira infância? Nós conseguimos fazer a inauguração, no Hospital Universitário de Brasília, de mais de 50 leitos para crianças e adolescentes. Hoje, esse hospital vem oportunizar a muitas crianças o tratamento em UTI neonatal e pediatria. Junto com essas políticas para as nossas crianças, nós temos também os estudantes fazendo estudo de caso com os professores. É um hospital de excelência na L2, que hoje é destinado a crianças e adolescentes.

Na semana passada, senhor presidente, nós inauguramos uma creche na UnB, que tem mais de 60 anos. Era uma demanda dos estudantes, principalmente, das estudantes que engravidavam, tinham filhos e não tinham onde deixar os seus filhos. Muitas vezes, elas abandonavam os seus cursos por causa disso.

Eu sempre gosto de dizer que emenda parlamentar é custeada com o dinheiro da população, que paga impostos. Nós não entregamos apenas o local físico da creche, entregamos equipamentos da melhor qualidade, até mesmo com torneira da marca Deca, com móveis montessorianos, com toda marcenaria para a parte administrativa, algo inédito em Brasília.

Agora será entregue uma creche na UnB.

(Soa a campainha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente, peço mais alguns minutos a vossa excelência.

Foi feita uma parceria entre o Governo do Distrito Federal e a Secretaria de Educação, e nós conseguimos, junto ao Ministério Público, que 30% das vagas dessa creche sejam destinadas à comunidade da UnB, tanto para os servidores, quanto para os estudantes, a fim de que as nossas estudantes não deixem de estudar por causa dos seus filhos, muito pelo contrário, que haja qualidade educacional para as nossas crianças. Essa é mais uma entrega.

Para completar esse complexo da primeira infância dentro da UnB, há um centro de pesquisa da primeira infância, o primeiro centro de pesquisa dentro de uma universidade federal no Brasil. É um

prédio onde trataremos da primeira infância em todas as faculdades: Faculdade de medicina, de saúde, de antropologia, de educação. Com certeza, Brasília se voltará para as políticas da nossa infância.

Eu gosto de dizer que a política da primeira infância é extremamente necessária para o desenvolvimento econômico da nossa cidade e do nosso país, mas infelizmente, muitas vezes é negligenciada por políticas públicas porque as nossas crianças não têm título de eleitor. Eu não estou preocupada com o título de eleitor, eu estou preocupada com uma política que faça uma transformação em nossa cidade.

Presidente, peço mais um minuto a vossa excelência para falar sobre uma visita que nós fizemos à Ceilândia. Eu fui uma das parlamentares que mais destinou emendas para a educação. Nós visitamos algumas escolas da Ceilândia. Eu comentei com o deputado Max Maciel que nós precisamos auxiliar as escolas cada vez mais.

Há muitas escolas que não têm computador, não têm um parquinho adequado para as nossas crianças, não têm um refeitório. Mas nós estamos fazendo com que as crianças possam ter uma qualidade de educação realmente condizente com a capital do país, que recebe quase 60 bilhões de reais de orçamento.

Nós precisamos fazer a junção do parlamento. Nós sabemos que vários parlamentares aqui auxiliam a educação, mas que cada vez mais façamos com que as nossas escolas tenham realmente estrutura e possibilitem que essas crianças tenham um ensino de qualidade.

Presidente, eu sou fruto da escola pública. Do meu jardim de infância ao segundo grau, eu estudei na 312 Norte, na 113 Norte, na 115 Norte e no Setor Oeste. Sei que pode haver oportunidade para o aluno da escola pública. Ela pode oferecer-lhe o melhor, mas nós precisamos cada vez mais estruturá-la, para que as crianças sejam bem recebidas e principalmente possam se desenvolver e brilhar na nossa cidade. Esse é o nosso compromisso com a educação, um compromisso com as nossas crianças.

Reitero o convite para a exposição que está sendo realizada. Eu preciso, rapidamente, citar o nome dos fotógrafos.

Essa exposição é feita pela Câmara Legislativa. Aproveito para agradecer também ao presidente, deputado Wellington Luiz, pois é a segunda vez que realizamos a Semana da Primeira Infância nesta casa. Na semana que vem, haverá vários painéis em que poderemos dialogar com autoridades, tanto nacionais quanto internacionais, sobre todos os aspectos.

(Soa a campainha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Para concluir, presidente, eu preciso homenagear os fotógrafos dessa exposição emocionante, em que nós olhamos o sorriso das crianças em condições muito precárias e os seus pezinhos, muitas das vezes sem sapatos, em um ambiente insalubre. É importante que nós tenhamos a sensibilidade de fazer com que esta casa represente, verdadeiramente, melhoria na vida delas.

Eu quero agradecer ao fotógrafo Wanderlei Pozzembom, que está, desde 1985, no *Correio Brazilense*; bem como ao Ed Alves, artista-fotógrafo que trabalha há 16 anos mostrando essa realidade. Todas aquelas fotos são de Brasília, é importante dizer isso. Essa é a realidade do Distrito Federal que muitos de nós não conhecem e ali está sendo retratada.

Peço o apoio de todos os parlamentares para que se sensibilizem e votem, na semana que vem, os projetos que vão beneficiar as nossas crianças e adolescentes.

Grata, presidente. Que Deus abençoe a todos nós!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Indago se algum deputado deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde a quem nos acompanha na galeria. Quero iniciar a minha fala de hoje, presidente, abordando a situação da saúde, especialmente do Hospital Regional do Gama.

Hoje, pela manhã, eu estive lá porque houve alguns incidentes graves sendo denunciados sobre aquele hospital. O primeiro, em relação ao tempo de espera para as cirurgias na ortopedia. Essa é uma questão muito grave. Hoje houve um caso amplamente noticiado, de um paciente que está com risco gravíssimo em relação à sua condição de saúde. Ele aguarda uma cirurgia há mais de 66 dias pela

falta de uma placa e de insumos de suporte.

Trata-se, realmente, de uma questão muito grave, uma vez que estamos falando de um hospital que seria referência na ortopedia, mas não há insumos e aparelhos para a realização das cirurgias ortopédicas. A população busca o hospital, e alguém entra ali com uma condição de saúde e fica 30, 40 ou 60 dias aguardando uma vaga para cirurgia. Não podemos naturalizar esse tipo de violação de direitos humanos.

Eu fui ao hospital hoje, e a emergência estava lotada porque há uma retaguarda no hospital, onde as pessoas estão internadas em um corredor e não têm um atendimento adequado. São cerca de 70 pessoas internadas, e a capacidade para cirurgia geral e para ortopedia é bem menor do que essa.

Quando cheguei ao hospital, deputada Dayse Amarilio, o centro cirúrgico estava restrito porque havia ocorrido agravamento de uma outra cirurgia. Eles não conseguem fazer os procedimentos porque não há perfurador, porque faltam equipamentos. Os equipamentos que são caros, mas não para o poder público. Um perfurador custa 7 mil reais, 8 mil reais, e só há 1 na unidade. Quando fazem uma cirurgia, para o próximo procedimento, o perfurador precisa ser esterilizado. Não conseguem fazer mais procedimentos porque há somente 1 perfurador na unidade. Portanto, há uma série de dificuldades que acabam precarizando o atendimento à população, além da cirurgia.

Nós visitamos também o centro obstétrico. Na nossa visita, ele não estava superlotado, mas recebemos uma denúncia, feita por uma família, de violação de direitos humanos por uma perda gestacional. Nós enviamos a denúncia para que fosse feita a devida apuração e o acolhimento dessa família – esse é o papel do GDF.

Encontram-se internados ali, na ortopedia, onde haveria 33 vagas para cirurgia e ortopedia, cerca de 70 pacientes. São 400 atendimentos diários na ortopedia. Eles fazem 100 gessos por dia com material de baixíssima qualidade. Falta bandeja de vídeo e o ultrassom é muito antigo. Portanto, faltam ultrassom e uma série de perfuradores específicos que foram citados. Ainda faltam próteses de revisão, escopia e um monte de material que eles nos apontaram. Faltam materiais ou são materiais precários. Há uma série de pedidos para que esses materiais sejam viabilizados, a fim de que o hospital possa realizar as cirurgias.

Eu gostaria de dizer que fui muito bem recebido pelos servidores e servidoras da Secretaria de Saúde. Fui bem acolhido por eles. Há um esforço enorme dos servidores, dos médicos, das médicas, das enfermeiras, dos enfermeiros e técnicos para que o trabalho seja realizado da melhor forma possível, mas eles não são heróis, são servidores que precisam de estrutura para trabalhar.

Então, trago mais essa denúncia porque são as famílias que choram pelos seus entes queridos pela falta de vaga. São as famílias que choram pela falta de estrutura para que a cirurgia aconteça e os casos não se agravem. É disso que estamos falando. Inclusive, eu gostaria de homenagear esses servidores. Boa parte deles trabalha da melhor forma possível, mas, nessas condições, o atendimento é extremamente precário.

Presidente, encerro dizendo que a situação do Iges-DF também é grave, porque o Hospital Regional do Gama busca transferir alguns dos seus casos para o Hospital de Santa Maria, que é gerido pelo Iges-DF, e não consegue a transferência devido a diversas negativas. No caso do usuário que está há 66 dias aguardando uma cirurgia ortopédica, existe uma série de negativas tanto do Hospital de Base quanto do Hospital de Santa Maria para recebê-lo. Esses hospitais teriam a placa adequada para o procedimento da cirurgia, só que a cirurgia não aconteceu e o paciente não foi recebido. Com isso, o seu caso se agravou. Nós precisamos denunciar a situação porque o Iges-DF não pode ser uma bolha fora do Sistema Único de Saúde.

Eu volto a dizer que esta casa precisa retomar um debate sério – que nós já fizemos – sobre a fila das comissões parlamentares.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, há uma fila para a instalação de CPIs, e esta casa tem prerrogativa parlamentar de 8 assinaturas para instalação de CPI.

Há a demanda da CPI do rio Melchior, uma demanda importante da comunidade porque estamos destruindo um rio importante para esta cidade, o qual precisa ser cuidado e preservado. Essa CPI está na fila e precisa ser instalada até para que possamos dar prosseguimento à fila das CPIs.

Eu queria fazer esse apelo final e dizer que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa vai seguir trabalhando no seu papel de fiscalizar todas as denúncias que chegam a esta casa.

Presidente, antes de encerrar o meu pronunciamento, quero falar sobre um tema que vossa excelência está acompanhando muito bem e que diz respeito a uma carreira que abraça o mandato de vossa excelência: a carreira socioeducativa. Há uma expectativa.

Eu sou membro da carreira socioeducativa – estou deputado distrital –, uma carreira que hoje atua numa política pública fundamental, que é a de ressocialização dos nossos adolescentes e jovens adultos a partir da implantação e execução das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, um estatuto que dá à criança e ao adolescente o princípio da prioridade absoluta.

Hoje, infelizmente, essa é uma categoria cujos salários e cujo plano de carreira são precarizados e extremamente defasados. Eu estava olhando os contracheques dos agentes socioeducativos. O agente entra na categoria ganhando entre 6 mil reais e 7 mil reais.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Vou concluir, presidente.

O agente entra na carreira socioeducativa ganhando entre 6 mil reais e 7 mil reais e, depois de quase 15 anos, ele ganha 8 mil reais. Esse é um plano de carreira que não dá a mínima condição de progressão e o mínimo incentivo para os nossos colegas que atuam numa área que tem uma série de complexidades. Muitas vezes, esse agente precisa atender um público em condições muito precárias. Essa categoria tem o técnico socioeducativo, que precisa ser cuidado, o especialista socioeducativo e o agente socioeducativo.

Eu queria, mais uma vez, chamar a atenção e pedir ao Governo do Distrito Federal que priorize o envio a esta casa da reestruturação da carreira socioeducativa.

A carreira da assistência social, que também é uma carreira fundamental, já conquistou a sua reestruturação. Essa reestruturação foi aprovada por esta casa. Ela era uma carreira irmã, cujos salários eram parecidos e que hoje está à frente.

Há uma minuta que tramitou na Secretaria de Justiça e agora está na mesa do nosso secretário de Economia, Ney Ferraz. Pedimos a sua excelência que essa minuta seja enviada à Câmara Legislativa para que aprovemos a reestruturação da carreira socioeducativa e honremos essas servidoras e esses servidores, que têm prestado um bom serviço ao Governo do Distrito Federal e à população da nossa cidade.

Muito obrigado, presidente.

(Assume a presidência o deputado João Cardoso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO CARDOSO) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente deputado João Cardoso, que está presidindo a sessão. Boa tarde a todos os parlamentares e às pessoas da galeria que nos acompanham. Obrigada pela presença de vocês.

"Os especialistas da SES, aprovados, pedem o apoio da CLDF". Como precisamos de vocês e como vocês estão fazendo falta! Eu sei que é um concurso que está quase vencendo, e essa é uma luta de todos nós. Eu falo muito aqui que o meu nome é "nomeia", porque eu, como servidora da SES, sei da diferença e do impacto que vocês podem levar, lá na ponta, para quem mais precisa.

Também temos lutado por todas as nomeações dos servidores Avas e dos ACS. Vamos enfrentar um novo momento de crise de dengue, inclusive com outras arboviroses, e não conseguimos avançar nessas pautas sobre as quais parece que patinamos e caímos na mesma situação.

Sabemos que não existe serviço público forte sem servidores públicos nomeados. Então temos lutado por isso.

Presidente, primeiro eu queria falar que a nossa semana está linda. A primeira semana de prevenção ao feminicídio na CLDF. Já convido todos para amanhã, às 9 horas da manhã, estarem presentes na inauguração do Núcleo de Assistência Jurídica de Direito das Mulheres, que acontecerá aqui na CLDF, que representa a casa do povo. Isso é muito emblemático e representativo.

Quero dizer que estes estão sendo momentos e dias muito importantes de reflexão também para essa virada de chave que abrange a prevenção. Não devemos falar apenas no pós-violência, na violência, mas, também, no que podemos e devemos fazer, como sociedade, para evitarmos tudo isso.

Eu quero trazer aqui alguns dados com os quais eu fiquei bastante assustada – inclusive por ser profissional enfermeira. Mas eu não possuía a noção desses dados e do quanto eles impactam a saúde do Distrito Federal. Eu me encontrei com o Sindicato dos Enfermeiros, ao qual sou filiada. Esse sindicato autônomo, forte está de parabéns. O sindicato tem nos trazido dados para mostrarmos aqui.

Presidente, no ano de 2023, tivemos 1.710.310 atendimentos individuais realizados pelo profissional enfermeiro. Isso foi no período de 1 ano, entendendo que esse dado é, inclusive, subnotificado em procedimentos que estamos fazendo agora – como a implementação do DIU – e de outros atendimentos dos quais não possuímos registro e dizem respeito à consulta específica do profissional enfermeiro! Esses dados também mostram que são quase 7 mil partos feitos por profissionais enfermeiros. São quase 116 mil consultas de pré-natal. São mais de 414.704 atendimentos de puericultura, que é o cuidado com a criança.

Portanto, esses registros demonstram a importância desse profissional.

Essa campanha feita por eles é bonita. Quando o comparamos a todos os profissionais da rede – inclusive os profissionais em quantitativo maior que o profissional enfermeiro –, podemos demonstrar, pelos gráficos, a força e a autonomia que esse profissional tem – e poderia ter ainda mais!

Nursing Now passou por aqui e falou que colocar esse profissional em local com autonomia, com práticas avançadas, poderia trazer o resgate de uma mudança de paradigmas e panoramas na ponta. Então, precisamos avançar.

O enfermeiro possui muita autonomia na atenção primária. E, mesmo com toda falta de condição, como mostrou, por exemplo, o *Metrópoles*, que apresentou um dado da auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal mostrando que 27 das 30 unidades de UBS, ou seja, 85%, estavam em péssimas condições estruturais de funcionamento. Isso não é novidade, pois já falamos aqui sobre isso e já mandamos recursos para corrigir essa situação. Mas, infelizmente, temos dificuldade até para a execução desses recursos destinados para possibilitarem maior condição para que essas UBS trabalhem melhor.

São esses profissionais da enfermagem, os enfermeiros, que têm tocado as áreas do pré-natal, do atendimento de crescimento e desenvolvimento, da infecção sexualmente transmissível, da hanseníase, da tuberculose. Podemos ver a diferença no território deles, que inclusive tocam um programa tão importante como o da imunização. Sem enfermeiros não há como tocar a imunização.

Então, quero parabenizar essa campanha e dizer, com todo o respeito, que, quando nós estivemos na Casa Civil, o secretário havia falado sobre a questão de produtividade e, naquele momento, ele falava: "Ah, existe uma grande resistência dos profissionais em relação à produtividade". No entanto, com o enfermeiro, não há essa resistência, porque, se o profissional enfermeiro for ganhar por produtividade, ele vai ser o profissional mais bem pago do Distrito Federal. São profissionais que não têm medo de trabalhar, como muitos servidores.

Eu falo que são muitos servidores da saúde que fazem a diferença. Eu não vejo servidores da saúde fazendo corpo mole para trabalhar. Eu trabalhei com todos eles, com os colegas ACS, Avas, especialistas, Gaps, são pessoas que fazem muito. Mas como profissional enfermeira que sou, 23 anos de enfermagem, trabalhando inclusive no território da atenção primária, a enfermagem e os enfermeiros fazem muito. Se for para ganhar por produtividade, seria o profissional mais bem pago do Distrito Federal. E aí eu faço o registro desta campanha: quem produz mais não merece ganhar menos.

Parabéns pela campanha. Vamos para cima!

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO CARDOSO) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Não havendo quórum para deliberação, iremos encerrar a presente sessão.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos. Obrigado ao pessoal da TV Câmara Distrital e a todos aqueles que assistiram a nós.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h21min.)

Observação: Nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização de cada evento; os nomes não disponibilizados são grafados conforme padrão ortográfico do português brasileiro.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CTMU – Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana
FAP-DF – Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
Finatec – Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
Gaps – Gestão e Assistência Pública à Saúde
GDF – Governo do Distrito Federal
GT – Grupo de Trabalho
Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
SEI – Sistema Eletrônico de Informação
SES-DF – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
TCB – Sociedade de Transportes Coletivos
UBS – Unidade Básica de Saúde
UnB – Universidade de Brasília
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no *portal da CLDF*.

Documento assinado eletronicamente por **ROBSON KONIG - Matr. 12651**, **Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a)**, em 21/08/2024, às 14:42, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1791355** Código CRC: **A654B996**.

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO